

“CONCEPTS WHICH TRANSFORM THE MUSEUM INSTITUTION, ITS ACTIONS AND RELATIONSHIPS”

CECA-Brazil; Dr. Denise Studart (org.)

This paper focuses on the concepts, policies, strategies and actions which transform the museum reality and relationships – inside-out and vice-versa. As stated in the ICOM Statutes, the museum is an institution at the service of society and, in this sense, it is essential that the educational dimension passes by all its areas, once education is directly concerned with transformation. The museum educational role should be understood in a wide sense, not only as a teaching-learning process, as it is frequently associated. Nowadays, the educational dimension is amalgamated with different social concerns, such as cultural diversity, tolerance, ethics, citizenship, empowerment, among other things. These issues should be translated in principles which should guide all museum activities. The institution's social and educational responsibilities should be reflected in all its actions. As museum actions are articulated, they will work in consonance towards its goals. This movement, which is based on dialogue and negotiation with society, will renovate the institution in its diverse aspects: research, communication, management, exhibitions, etc. Only with the commitment of all different museum professionals towards the social and educational responsibilities of the institution, the museum will fulfil – in an integrated way – its transformation role.

CONCEITOS QUE TRANSFORMAM O MUSEU, SUAS AÇÕES E RELAÇÕES

CECA-Brasil*

*(*O texto apresentado foi organizado por Denise C. Studart, Coordenadora do CECA-Brasil, e redigido a partir das contribuições de membros brasileiros do CECA enviadas por Marília Xavier Cury; Magaly Cabral; Denise Studart; Maria Esther Valente; Martha Marandino; Maria Célia Santos; Adriana Almeida; Margareth Lopes; Camillo Vasconcellos; Sonia Guarita do Amaral; Fernanda Moro; Rosane Carvalho, Cecília Volkmer-Ribeiro; Regina Marcia Tavares, Zenilda Brazil e Thales Magalhães)*

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, mais especificamente a partir da década de 1970, a instituição museu vem se transformando no sentido de desenvolver uma relação mais estreita com a sociedade. Esse movimento fez com que o museu buscasse dialogar com diferentes públicos e ampliar a participação e representação social e cultural em seu espaço. O museu tem por princípio servir à sociedade (Estatutos do ICOM) e, nesse sentido, é essencial que a dimensão educativa perpassasse todas as suas áreas. Destacamos aqui que a concepção de educação com a qual trabalhamos está comprometida com a transformação social.

O caráter educativo do museu deve ser compreendido a partir de uma visão ampla, e não somente como ensino-aprendizagem, como é frequentemente associado. Os estudos na área de educação em museus não devem se restringir apenas aos aspectos de aprendizagem, mas incluir questões de âmbito sociológico, que contribuam para o entendimento do processo educativo nesses locais de forma abrangente.

Hoje, a dimensão educativa está amalgamada com as mais diversas preocupações sociais, tais como diversidade cultural, tolerância, ética, entre outros aspectos. Todas essas questões são traduzidas em princípios que devem nortear as atividades do museu. Assim, o compromisso social e educacional da instituição deve estar refletido em todas as suas áreas de atuação. Na

medida em que as ações do museu estiverem articuladas, elas irão trabalhar em consonância para atingir seus objetivos e sua responsabilidade social.

Nesta linha de pensamento, é impossível iniciar uma reflexão sobre o tema da Conferência Anual do CECA em 2003 “Conceitos educativos que transformam a realidade dentro de nossos museus: missão possível!” sem lembrar as Declarações de Santiago (1972) e de Caracas (1992) que, neste ano, completaram, respectivamente, 31 e 11 anos.

A Declaração de Santiago (1972)

Em 1971, a UNESCO solicitou a colaboração do ICOM para organizar uma Mesa-Redonda, em 1972, em Santiago, Chile¹, sobre o papel dos museus na América Latina contemporânea. Foi um encontro histórico, que durou uma semana, onde a única língua de comunicação foi o espanhol e, diferentemente de outros encontros precedentes, onde especialistas europeus ou norte-americanos falavam aos colegas latino-americanos, os quatro especialistas convidados eram todos da América Latina.

Nesse encontro, quem provocou uma revolução foi o argentino Jorge Enrique Hardoy, especialista em Urbanismo e então Diretor do Instituto Torquato Tella, de Buenos Aires, fazendo com que os presentes tomassem consciência de que não conheciam as cidades onde habitavam, onde trabalhavam, onde haviam educado seus filhos, por terem ficado à margem da realidade da explosão urbana que havia ocorrido durante as duas últimas décadas, sem capacidade de se projetar no futuro para imaginar o que iria se passar e que necessidades culturais e sociais teriam as imensas e geralmente muito pobres populações.

Duas noções essenciais se destacaram na mensagem de Santiago: a de museu integral, levando em consideração a totalidade dos problemas da sociedade, e a de museu enquanto ação, como instrumento dinâmico de mudança social. Chegou-se a um conceito de patrimônio global a ser gerenciado no interesse da sociedade e seus indivíduos (Varine-Bohan, 1995; Santos, 1995).

Gostaríamos de registrar que o educador brasileiro Paulo Freire foi convidado para dirigir a Mesa-Redonda, mas não “pôde” participar. Freire não “pôde” participar porque o Delegado brasileiro junto à UNESCO se opôs formalmente à sua designação, “evidentemente por razões puramente políticas”, nas palavras de Hugues de Varine. E talvez exatamente pelas razões políticas tenhamos que reconhecer que nada fizeram ou puderam ou quiseram fazer em seus países os participantes do Encontro de Santiago. Em grande número de países latino-americanos o contexto era de uma ditadura militar, inclusive no Chile, a partir de 1973. Até hoje as idéias de Paulo Freire têm sido e continuam sendo tomadas para reflexão na área da educação em museus, e não somente no Brasil.

A Declaração de Caracas (1992)

Vinte anos depois, em 1992, durante 23 dias, em Caracas, Venezuela, novamente por iniciativa da UNESCO², realizou-se o Seminário “A missão do museu na América Latina hoje: novos desafios”, reunindo representantes de 10 países latinoamericanos e 10 da Venezuela com reconhecida competência e exercendo funções de direção na área dos museus, para refletir sobre a missão do museu como um dos principais agentes do desenvolvimento integral na região. A discussão do tema-chave tomou como antecedentes os princípios e postulados da Mesa-Redonda de Santiago e teve como pressupostos a necessidade de atualizar os conceitos

¹ As informações aqui referenciadas estão baseadas em texto de Hugues de Varine, Diretor Executivo do ICOM de 1968 a 1974, publicado na brochura intitulada “A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – Documentos e Depoimentos”, produzida pelos membros paulistas do Conselho Consultivo do ICOM-BR, em 1995, como material preparatório para o Seminário “A museologia brasileira e o ICOM: convergências ou desencontros?”, realizado em São Paulo, em novembro de 1995.

² Por iniciativa da Oficina Regional de Cultura para a América Latina (ORCALC), dirigida por Hernán Crespo Toral, participante dos Encontros do Rio de Janeiro (1958), sobre a Função Educativa dos Museus, e de Santiago do Chile (1972), e do Comitê Venezuelano do ICOM, com o apoio do Conselho Nacional de Cultura (CONAC) e da Fundação Museu de Belas Artes da Venezuela.

formulados vinte anos antes, a renovação dos compromissos assumidos a partir daquele momento, a consideração do contexto latinoamericano em seu processo acelerado de mudanças e a consciência da proximidade do século XXI. Desse seminário, resultou a Declaração de Caracas.

A essência da Declaração de Caracas, segundo Horta, foi conceber “o museu como um ‘meio’ de comunicação (reconhecendo-se sua ‘linguagem’ própria) entre os elementos desse triângulo (território-patrimônio-sociedade), servindo de instrumento de diálogo, de interação das diferentes forças sociais (sem ignorar nenhuma delas, inclusive as forças econômicas e políticas); um instrumento que possa ser útil, em sua especificidade e função, ao ‘homem indivíduo’ e ‘homem social’ para enfrentar os desafios que vêm do presente e do futuro” (Horta, 1995:35).

A Declaração de Caracas já se inseria num contexto em que se dera o estabelecimento de regimes democráticos em grande número de países da América Latina, embora naquela data, no país onde se dava a reunião, tenha acontecido um golpe para depor o presidente, sem sucesso. Agora, onze anos depois, assistimos a um novo golpe na Venezuela, assim como, antes, no Peru e na Argentina, mas sempre prevalecendo a lei, felizmente. Como dizia Otávio Mangabeira, “a democracia é uma planta tenra que precisa ser muito bem cuidada”. A América Latina deve lutar para continuar levantando suas vozes, mas ao mesmo tempo cuidando da plantinha tenra chamada democracia.

PERTINÊNCIA DO TEMA DA CONFERÊNCIA

Diante desse quadro, se em 1992 a Declaração de Caracas reconhecia que, naquele momento, o museu tinha uma missão fundamental a cumprir na América Latina, hoje, 11 anos depois e 31 após a Mesa Redonda de Santiago do Chile, a missão continua.

A conferência do CECA em 2003 parece demonstrar essa preocupação, ao propor como tema a discussão de conceitos educacionais que transformam a realidade dentro de nossos museus e ao reconhecer que seja uma missão possível. O que incomoda, entretanto, é que após tantos anos ainda estejamos a discutir que essa missão seja possível. É bem verdade que as duas declarações nunca foram adotadas oficialmente e que talvez muitos dos profissionais de nossos museus até mesmo as desconheçam.

Hugues de Varine, no documento para o seminário de São Paulo, citado anteriormente, dizia que a noção de museu como instrumento de desenvolvimento, desconhecida antes de 1972, era naquele momento (1995) amplamente formulada e admitida, e que o mesmo ocorria com as noções de *função social* do museu e de *responsabilidade política* do museólogo / profissional de museu.

Atualmente, está sendo elaborada no Brasil uma Política Nacional de Museus, coordenada pelo Ministério da Cultura, com a participação ativa da comunidade museológica. “Uma política cultural deve ser vista como parte de um projeto de formação de uma nação democrática e plural” (MINC, 2003). Pensar uma Política Nacional de Museus significa democratizar o espaço público, incluir os museus na agenda da inclusão social e abrir seus espaços para as discussões acerca das políticas afirmativas, transformando o museu em um local de exercício da cidadania plena. Num país marcado por profundas desigualdades sociais, os museus devem estar atentos à diversidade e à pluralidade de nossa identidade cultural, e suscitar o que poderíamos chamar de “inclusão cultural” como forma alternativa para a construção de uma sociedade mais igualitária. Devem ser, portanto, reforçadas as perspectivas educativa e científica dos museus e o Estado deve garantir os meios pelos quais a sociedade possa apropriar-se de seus bens de natureza cultural.

CONCEITOS (TRANS)FORMADORES DAS AÇÕES DO MUSEU

Conceitos como Educação Patrimonial, Ação Educativa e Função/Missão Educativa dos Museus são três faces de um triângulo equilátero que compõe a pedagogia museal. Essa pedagogia é construída conscientemente e deve valer-se de posturas afirmativas. É útil

discernirmos entre Educação Patrimonial como área de conhecimento da Museologia – educação a partir do patrimônio cultural; Ação educativa – o que se faz concretamente em termos educacionais nos museus (ações e atividades) - e Função/missão educativa dos museus – aquilo que lhe cabe educacionalmente enquanto instituição, isto é, a sua missão.

O cotidiano de trabalho em um museu envolve inúmeros conceitos que correspondem a valores que, por sua vez, são constitutivos da atitude dos profissionais responsáveis por esse cotidiano. Os conceitos educativos que formam e transformam a realidade cotidiana do museu são vários e permeiam a realidade dessa instituição constantemente. Atuam na tessitura do que venha a ser o processo museal, entendendo que o público é integrante desse processo.

Algumas práticas e ações são, muitas vezes, confundidas com conceitos. É importante notar que nem todos os conceitos com os quais trabalhamos nos museus são exclusivamente educativos. Alguns conceitos são amplos, porém, pela relevância social que apresentam, são aplicados também na área educativa. Cidadania, alteridade, diversidade, tolerância, solidariedade, participação, interação (externa e interna) são conceitos que estruturam e fundamentam a ação educativa em museus.

Destacamos, abaixo, conceitos que podem ser considerados transformadores de realidades museais. Alguns deles situam-se fora da área da museologia, mas influenciam diretamente o trabalho nos museus.

“Cidadania”

Os museus devem promover o exercício da cidadania a partir da apropriação do patrimônio cultural. As ações do museu devem estar articuladas com as demandas da sociedade e o conhecimento produzido deve servir para a compreensão do mundo presente e para uma melhor atuação no futuro.

“Inclusão/exclusão social”

Falar de públicos diferenciados é retomar o que foi preconizado pelas Declarações de Santiago do Chile, Quebec e Caracas. Esses documentos colaboraram/inovaram na medida em que incorporaram às discussões museológicas conceitos como Museu Integral, Museologia Social e Comunicação Museológica. Retomar a esses conceitos e desdobrá-los significa enfrentarmos a problemática da inclusão e da exclusão, pois estar integrado com a sociedade, realizar trabalhos de cunho social e comunicar implica – no Brasil atual e também em outros países – lidar com uma faixa enorme de excluídos sociais. Os museus não podem ignorar que quando não inclui está excluindo e que não cabe a essas instituições excluir.

“Alteridade” e “diversidade cultural”

Alteridade é a consciência da diferença que promove a riqueza e complexidade do debate necessário aos processos museais. Quem somos culturalmente com relação a outros culturalmente diferentes. Este conceito é essencial para que estabeleçamos uma atitude dialética e democrática com o público visitante. A interação entre o museu e o público alimenta-se da idéia do Eu e do Outro como diferentes.

“Tolerância”

O respeito à diferença leva a uma atitude de tolerância e respeito mútuo. Conviver com a diferença cultural é uma rica oportunidade para construir valores e atitudes como respeito às diferenças e tolerância – ser capaz de entender, aceitar e respeitar o ponto de vista do Outro.

“Solidariedade”

Valor ético que surge da tolerância e da consciência dos direitos humanos universais, da relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, e deve fundamentar as relações internas e externas do museu.

“Participação”

Um tipo específico de interação, quando os profissionais de museus sentem-se atuantes nos processos museais e que sentem-se agentes de um processo de equipe. Ainda, faz com que os diversos profissionais sintam-se parte de um “projeto comum”. A participação legítima o processo.

“Interação (externa)”

Conceito entendido como substrato da comunicação e da educação. É entendido como encontro de horizontes do museu e do público, encontro que permite que o museu atue como fórum de discussão e debate e onde ele, o museu, é o proponente do discurso que é apropriado e (re)elaborado pelo público. Ainda, entende o público como integrante dos processos museais, ou seja, que o público sintam-se parte dos processos museais.

“Interação (interna)” / “Integração” / “Cooperação”

Trabalho conjunto entre educadores e os outros setores do museu. Em alguns momentos a iniciativa parte dos educadores, em outros momentos os educadores estão integrados ao desenvolvimento de projetos expositivos e em outros ainda a política institucional integra os diversos setores de modo a fazer com que a educação não seja um interesse apenas dos educadores e sim uma responsabilidade institucional assumida por todos.

“Interdisciplinaridade”

Trata-se de um conceito complexo. Destacamos aqui a necessidade de aprofundá-lo no âmbito dos museus, considerando que a sua prática deva englobar, entre outros aspectos, a interação entre disciplinas e a cooperação entre profissionais de diferentes áreas do museu.

“Curadoria conjunta”

Aqui o conceito de curadoria é ampliado, abrangendo todos aqueles que participam das diversas etapas do trabalho museológico. Consideramos essa concepção como transformadora de realidades museais pois coloca a todos os integrantes dessa realidade como líderes e possuidores de poder. Ainda, rompe com estruturas hierárquicas autoritárias dentro dos museus.

“Produção cultural museal”

Os museus e suas equipes elaboram discursos que são, antes de mais nada, políticos e passam por escolhas de acordo com pontos de vista. Todo museu possui uma cultura institucional e museal. Os profissionais de museu expressam seus valores culturais nos projetos que desenvolvem. São, portanto, autores culturais de obras culturais que podem ser questionadas, discutidas, e até mesmo negadas pelo público que negocia o sentido daquilo que está exposto.

“Responsabilidade social”

Hugues de Varine vê o museólogo / profissional de museu como um profissional com responsabilidade política, e Guarnieri afirma que esse profissional é um trabalhador social que, segundo Florestan Fernandes e Paulo Freire, são aqueles que têm consciência de suas posições de agente de mudança social.

MISSÃO MAIS QUE POSSÍVEL ! JÁ NÃO É SEM TEMPO!

Os conceitos apresentados são (trans)formadores da realidade interna e das ações das instituições museais. Interação, como encontro de horizontes e possibilidade de troca, deve fazer parte das práticas democráticas internas, deve fazer parte da cultura institucional, assim como o respeito à diversidade cultural e o exercício da tolerância entre colegas. Discutir, respeitar e valorizar as diferenças, ter atitudes de tolerância, sentir-se participando da construção/criação de uma obra – que é o próprio museu - são fundamentais para que cada um sintam-se agente de um processo e sintam o peso real da responsabilidade social que é lidar com o patrimônio cultural. Entendemos, também, que uma postura de cooperação associada à solidariedade possa substituir hierarquias autoritárias por métodos que contemplem estratégias de participação de diversos colaboradores na tomada de decisão. Ainda, permitirão que certas desigualdades de direitos possam ser minimizadas e (quem sabe e porque não) suprimidas.

O museu, sozinho, não vai modificar a sociedade, mas pode contribuir para a mudança, se desempenhar o seu papel de atuar criticamente, fornecendo os instrumentos básicos para o exercício da cidadania. A complexidade de funções e as responsabilidades sociais que o museu deve assumir neste novo século exigem do profissional de museu uma atenção

permanente e reflexões sobre as mudanças efetuadas no meio em que vive, assim como sobre os interesses e necessidades da sociedade.

Waldisa Russio Guarnieri (1990), com certeza uma das primeiras profissionais da área da museologia, no Brasil, a discutir a museologia e o museu dentro de uma perspectiva dialética, dizia que o museólogo, trabalhador social, não deve recusar a dimensão e o risco político do seu trabalho. E informava que a expressão “trabalhador social” tem o sentido que lhe davam Florestan Fernandes e Paulo Freire: não apenas quem exerce a função social do trabalho, mas de quem trabalha conscientemente com o social, colaborando com a sua mudança.

De nada valeria coletar, preservar, pesquisar e divulgar o patrimônio cultural, se este conhecimento não fosse produzido com um fim em que esta sociedade seja o principal beneficiário. Não basta devolver para ela o produto, resultante de um estudo, de uma exposição, etc., se os indivíduos não se sentirem parte deste resultado. É preciso que as ações do museu estejam articuladas com as demandas da sociedade e que o conhecimento produzido pelos profissionais de museu sirva para a compreensão do mundo presente e para uma melhor atuação no futuro.

A inserção destes conceitos na dinâmica interna do museu dá novo valor às suas ações. Trata-se de redefinir a relação entre o museu e a sociedade, que deve estar contemplada no discurso da instituição. O museu caminha, portanto, em direção a uma abertura que visa ampliar suas atuações educativa, cultural e social. Desta forma, deve ter o olhar dirigido ao “outro”, dando-lhe o direito à palavra, ao diálogo. Sem dúvida esse tipo de aproximação produz um impacto sobre a forma de compreender, apreciar e se relacionar com o museu, ao se estabelecer a difícil inter-relação entre preservação, comunicação e apropriação dos bens culturais.

Este movimento, que tem como via o diálogo promovido na parceria e na negociação, levará à renovação da instituição, manifestada em seus diferentes aspectos: na pesquisa, na coleta, na divulgação, na apresentação dos objetos, na narrativa empregada, em suas atividades, etc. Tudo se verá modificado em função da orientação que inclui “os outros”, pelo fato de que os saberes e as culturas estão sempre em constante construção, e o museu é um espaço simbólico de referência para abordar essas questões.

Compreender a ação museológica como ação educativa significa caracterizá-la também como ação de comunicação, porque é buscando as interfaces nas ações de *pesquisa*, *preservação* e *comunicação* que conseguimos nos distanciar da compartimentalização das disciplinas. A interação com os nossos pares e com os demais sujeitos sociais envolvidos nos diversos projetos, nos quais estejamos atuando, torna possível estabelecer metas e objetivos que não se esgotam na aplicação da técnica isolada, descontextualizada, evitando, assim, a dissociação entre os meios e o fim.

Sabemos que implantar uma proposta de educação e ação cultural em museus que contemple todos estes conceitos é um grande desafio para museólogos e educadores que pensam esses espaços não apenas como um local de fruição momentânea para os seus visitantes, mas como um espaço de encontro, descoberta e crescimento. Somente a partir da conseqüente consciência dos diferentes profissionais que atuam no museu sobre o compromisso social e a dimensão educativa da instituição é que esta conseguirá, de forma integrada, cumprir o seu papel transformador.

BIBLIOGRAFIA

CAZELLI, S.; MARANDINO, M.; E STUDART, D. (2003) *Educação e Comunicação nos Museus de Ciência: aspectos históricos, pesquisas e prática*. In: Gouvêa, G.; Marandino, M. e Leal, M.C. (org) Educação e Museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência. Capítulo 4. Rio de Janeiro. Apoio FAPERJ.

CURY, M.X. (2003.) Resumos do Encontro de Profissionais de Museus - A Comunicação em Questão: Exposição e Educação – Propostas e Compromissos. São Paulo/Brasília: Museu de Arqueologia e Etnologia/USP e STJ.

GOUVÊA, G.; MARANDINO, M. E LEAL, M.C. (2003) Educação e Museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência. Rio de Janeiro. Apoio FAPERJ.

GRINSPUM, Denise. (1992) *Pensando Educação Patrimonial no Museu Lasar Segall*. Museu Lasar Segall: históricos, análises, perspectivas. São Paulo: Museu Lasar Segall.

GUARNIERI, Waldisa Russio (1990). *Conceito de Cultura e sua Relação com o Patrimônio Cultural e a Preservação*, in Cadernos Museológicos, nº 3. Rio de Janeiro: IBPC/Secretaria da Cultura da Presidência da República. Outubro, p. 7 – 12.

HOOPER-GREENHILL E. (1994) The Educational Role of The Museum. Routledge, London.

HORTA, Maria de Lourdes P. (1995) *20 Anos Depois de Santiago: A Declaração de Caracas – 1992*, in A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – Documentos e Depoimentos. São Paulo: Comitê Nacional Brasileiro do ICOM. Mimeo, p. 32 – 35.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de (2000) *Educação e museus: sedução, riscos e ilusões*. Ciências e Letras, 27:91-101. Porto Alegre.

MINC (2003) Política Nacional de Museus. Ministério da Cultura, Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, Brasília. Maio, 2003.

SANTOS, Maria Célia T. Moura (1995) *A Declaração de Santiago do Chile (1972)*, fala apresentada no Seminário A Museologia Brasileira e o ICOM: Convergências ou Desencontros?, promovido pelo Comitê Nacional Brasileiro do ICOM. São Paulo: FIESP (mimeo).

STUDART, D. (2003) *Reflexões sobre o papel educativo e comunicativo dos museus e sobre o trabalho do Comitê de Educação e Ação Cultural (CECA-Brasil)*. In Cury, M.X. [org.] Resumos do Encontro de Profissionais de Museus - A Comunicação em Questão: Exposição e Educação – Propostas e Compromissos. São Paulo/Brasília: Museu de Arqueologia e Etnologia/USP e STJ.

STUDART, D.; ALMEIDA, A.; E VALENTE, M.E. (2003) *Pesquisa de Público em Museus: desenvolvimento e perspectivas*. In: Gouvêa, G.; Marandino, M. e Leal, M.C. (org) Educação e Museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência. Capítulo 6. Rio de Janeiro. Apoio FAPERJ.

VARINE-BOHAN, Hugues (1995) *A Respeito da Mesa Redonda de Santiago*, in A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – Documentos e Depoimentos. São Paulo: Comitê Nacional Brasileiro do ICOM. p. 17 – 19 (mimeo)